

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas recorrem à AGU para tirar dúvidas sobre a reforma 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Eldorado tenta validar R\$ 400 milhões em créditos de ICMS 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IDP promove seminário sobre IA 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo estuda opções para regular plataformas 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Acordo para evitar dupla tributação pode entrar no diálogo 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sistema presidencialista sai fortalecido da crise 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas são incentivo para abertura das economias, diz William Lee 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - SAÚDE
ECONOMIA

Doenças não transmissíveis matam 74% no mundo 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Estados anunciam medidas para minimizar prejuízo com tarifaço 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Apesar de tarifas, FMI eleva projeção de PIB do Brasil 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Trump está vencendo sua guerra comercial? Economistas duvidam 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mesmo sem tarifas, carne já está mais cara nos EUA 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Plano de contingência depende do Congresso, diz Haddad 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Inflação de serviços continua um entrave para BC atingir meta 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros futuros recuam com otimismo com negociações 27

Quarta-Feira, 30 de Julho de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência planeja grupo de trabalho sobre juros do consignado..... 29

Empresas recorrem à AGU para tirar dúvidas sobre a reforma

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana De Brasília

Contribuintes começaram a enviar uma série de questões sobre a **reforma tributária** para a Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan) da Advocacia-Geral da União (AGU). Uma delas é se o regime beneficiado de tributação para medicamentos só alcança aqueles vendidos com receita médica. Também há dúvidas sobre o uso de créditos de PIS e Cofins reconhecidos pelo Judiciário após a extinção dessas contribuições sociais - que, no ano de 2027, serão substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Ainda preocupa as empresas o fim dos créditos gerados por custos com planos de saúde, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação fornecidos gratuitamente aos empregados. De acordo com um técnico ouvido pelo Valor, sem esclarecimentos ou medidas concretas, tais pontos poderão acabar judicializados pelos respectivos setores. "Está na cara que já tem tese pronta para judicializar", disse ele sobre alguns itens.

Se medicamentos que não exigem receita médica ficarem de fora do regime beneficiado, vários itens como analgésicos e remédio para o estômago serão prejudicados. Essa dúvida nasceu porque a Lei Complementar nº 214 - a primeira que regulamentou a reforma - prevê que

terá alíquota reduzida em 60% medicamento "registrado" na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e não "regularizado" ou "notificado".

A Associação dos Distribuidores Farmacêuticos do Brasil (Aba-farma), que levantou a questão, sugeriu uma alteração quanto ao alcance do regime diferenciado de redução de alíquotas do IBS e da CBS aplicável às operações com medicamentos. O pedido é para usar o termo medicamento

"regularizado" para a lei ser aplicada de forma mais abrangente.

De acordo com o presidente-executivo da Abafarma, Oscar Ya-zbek Filho, medicamentos isentos de registro são os que têm princípio ativo mais conhecido e são usados há décadas, com baixo risco. "São isentos de prescrição", afirma. Para ele, com certeza

não foi intencional deixá-los de fora da tributação favorecida. Trata-se de uma questão técnica que passou despercebida até pelo setor, que o "registrado" tem um sentido mais restrito do que "autorizado" pela Anvisa.

Os medicamentos com tributação favorecida terão as alíquotas da Contribuição e do Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS, respectivamente) reduzidas em 60% em relação à alíquota padrão. A CBS entra em vigor no ano de 2027 e o IBS, gradativamente, a partir de 2029.

O outro ponto levado à Sejan, sobre a compensação de créditos de PIS e Cofins reconhecidos em ações judiciais encerradas a partir de janeiro de 2027, foi elaborado pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde).

De acordo com Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich Vasconcelos Advogados, que representa a CNSaúde na Sejan, a partir da extinção do PIS e da Cofins, em dezembro de 2026, pode ser que o ambiente de escrituração (hoje a EFD-Contribuições) deixe de existir. Contudo, muitas medidas judiciais sobre as contribuições podem ser encerradas (transitar em julgado, quando não cabe mais recurso) após essa data. "É uma preocupação que afeta os contribuintes de um modo geral, não apenas o setor."

De acordo com um técnico ouvido pelo Valor, em relação a esse ponto específico da CNSaúde, se houver alguma decisão judicial final, posteriormente, o montante terá que ser considerado como crédito de PIS e Cofins. A forma exata como essa previsão será tratada ainda não se sabe, mas o uso dos créditos no âmbito da **reforma tributária**

é total, conforme disse a fonte.

Já a questão sobre o fim da geração de créditos de PIS e Cofins decorrentes de gastos com planos de saúde, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação fornecidos a trabalhadores foi apontada pela Confederação Nacional do Transportes (CNT). Para a entidade, o empregador que conceder tais benefícios aos empregados será penalizado, enquanto quem apenas repassa os encargos aos trabalhadores terá o mesmo direito a créditos das contribuições.

No caso do vale-transporte, não haverá geração de crédito porque o transporte urbano é isento de tributação, segundo a advogada da CNT e sócia no Marcelo Tostes Advogados, Alessandra Brandão Teixeira. "Pode gerar um desestímulo ao transporte de passageiros regulamentado porque, se contratarem um serviço de transporte que vai ser tributado, terá crédito", afirma.

Mas para o advogado, é precipitado falar em judicialização, por acreditar que o ponto ainda será esclarecido. "Ou haverá uma falta de isonomia entre as empresas que concedem sem cobrar nada e aquelas que concedem cobrando."

Na Sejan, se discutiu que o governo federal não queria que casos de bens e consumo pessoal gerassem crédito em nenhuma situação. Porém, o Congresso permitiu que a contratação de plano de saúde para empregados

resultasse em créditos tributários, desde que essa contratação fosse imposta por acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Na visão de um técnico ouvido pelo Valor, é difícil justificar que quem oferecer esses benefícios aos empregados, por mera liberalidade, não terá direito a esses créditos. Contudo, segundo a fonte, como não há previsão de que isso entre em alguma regulamentação, há grande chance de judicialização do assunto.

Todos esses questionamentos já foram entregues à Secretaria

Extraordinária de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda (Sert) e estão sendo analisados. Depois dessa análise, está prevista uma conversa com os representantes da Sejan, antes do envio da resposta aos contribuintes. A ideia é que nenhum contribuinte fique sem resposta.

Procurado pelo Valor, o Ministério da Fazenda informou que não irá se manifestar a respeito dos itens levantados, enquanto o projeto de Lei (PLP) nº 108, de 2024, ainda estiver em tramitação no Senado.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Empresas recorrem à AGU para tirar dúvidas sobre a reforma

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279>

Eldorado tenta validar R\$ 400 milhões em créditos de ICMS

Marcela Villar De São Paulo

Uma liminar da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) impede a Secretaria de Estado de Fazenda (Se-faz-MS) de autuar e multar a Eldorado Brasil Celulose até que o juízo examine se são válidos R\$ 400 milhões de créditos de ICMS no estoque da companhia. O volume é quase metade do total de R\$ 977,7 milhões em créditos que a empresa tem acumulado, segundo o mais recente formulário de referência.

A Sefaz-MS alegou que os créditos estariam prescritos, por não terem sido usados no prazo de cinco anos, contados da escrituração na contabilidade da empresa. O tema é controverso e não existe consenso entre os Estados nem no Judiciário. Em São Paulo, há manifestações do governo entendendo que o prazo de cinco anos não é para utilização de créditos, mas sim para registrou de créditos na contabilidade.

Segundo advogados, o tema ganha relevância com a aproximação da **reforma tributária**. Para empresas que não tenham como compensar os créditos de ICMS como as exportadoras -, os valores só serão devolvidos em 240 parcelas (20 anos), corrigido pelo IPCA.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE-MS) recorreu da liminar, defendendo que o prazo de cinco anos é para uso dos créditos. Ao Valor, disse que os precedentes sobre o tema são favoráveis ao Estado. Em

dois julgados que envolvem também a Eldorado, os desembargadores declararam prescritos R\$ 505 milhões de saldo credor de ICMS. A empresa recorre no STJ (processos nº 0841075-41.2021.812.0001 e 0841082-33.2021.812.0001).

O caso mais recente chegou à Justiça porque em fevereiro a Eldorado recebeu uma intimação da Sefaz-MS alegando que parte do saldo credor acumulado de ICMS, registrado na escrituração contábil (EFD), foi atingido pela decadência. A empresa deveria estornar o crédito, sob pena de autuação e multa.

Na primeira instância, o pedido de liminar foi negado. O juízo da 4ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da Comarca de Campo Grande não viu

ilegalidade ou abuso de poder da autoridade fiscal. Para ele, o prazo de cinco anos previsto no artigo 23 da Lei Complementar nº 87/1996, a Lei Kandir, e o artigo 68 da Lei Estadual nº 1.810/1997 aplica-se também para o uso do crédito de ICMS e não apenas à sua escrituração fiscal.

A segunda instância, porém, foi favorável à companhia. Na visão do relator do caso, o desembargador Ary Raghiant Neto, da 2ª Câmara Cível, a "aparente limitação imposta pelas normas infraconstitucionais" de que o saldo credor de ICMS deve ser usado em cinco anos, "caracteriza evidente afronta ao princípio constitucional da não cumulatividade", previsto no artigo 155 da Constituição.

Esse foi o principal fundamento para conceder a liminar. Ele também levou em conta o fato de que a empresa se comprometeu a não usar os créditos até que haja uma decisão definitiva na ação. "Se ao final, a Corte decidir pela revogação da tutela recursal, poderá a autoridade coatora prosseguir com os atos vinculados, sem maiores transtornos", acrescenta (processo nº 1408048-79.2025.8.12.0000).

O desembargador ainda afirma, na decisão, que "não há qualquer inércia por parte da agravante capaz de justificar a aplicação da decadência em seu desfavor". E que, se ela não estornar o saldo credor de ICMS em 10 dias, poderia se sujeitar às sanções previstas na Lei estadual.

A advogada Ana Flora Diaz, sócia da área de tributário no HRSA, diz que a controvérsia é antiga e não há grandes definições até hoje. "Os tribunais nunca bateram o martelo e desde que a lei complementar (Lei Kandir) foi editada tem essa discussão", afirma. Na visão de Ana Flora, os questionamentos são feitos porque a norma foi mal escrita e deixa dúvidas.

A discussão é semelhante a outro debate travado no Judiciário, sobre o prazo para consumo de créditos tributários oriundos de decisões judiciais. Recentemente, a 23ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou o entendimento e decidiu que os cinco anos devem ser para uso integral dos créditos, a contar do trânsito em julgado da sentença que reconheceu os valores. Antes, se considerava esse período para pedir o reconhecimento na **Receita**

Federal, podendo usá-los até o esgotamento.

Mas segundo especialistas, a disputa no caso da Eldorado é diferente. "É ICMS crédito escriturai, não tem a ver com ação de repetição de indébito. A discussão é se tenho cinco anos para lançar nos livros contábeis ou usar", acrescenta Ana Flora. O precedente, afirma, não poderia ser aplicado. "Lá decorre de ação judicial e aqui são créditos oriundos das operações naturais e da não cumulatividade de crédito edébito."

O tributarista Gabriel Caldiron Rezende, sócio do Machado Associados, diz que pode ser importante para os Estados esse tipo de discussão com a transição da **reforma tributária**. "O que sobrar de crédito de ICMS poderá ser usado no futuro, então é importante para o Fisco dilapidá-los antes da hora, porque a discussão ganha bastante relevância lá na frente."

Rezende também entende que o caso da empresa de celulose difere dos precedentes do STJ. "No caso, a empresa não tem débitos para compensar", afirma. Ele ressalta que esse é um "problema crônico" do tributo estadual. "É um dos maiores terrores para as empresas o acúmulo de crédito. Algumas legislações têm mecanismos para recuperação, mas são procedimentos trabalhosos, complexos, dependem de homologação e só pode usado (o crédito] para determinadas coisas, como pagar fornecedor", acrescenta. "Não há uma monetização plena."

Por isso, na visão do advogado, impor cinco anos para uso é "jogar o contribuinte numa armadilha". "Achei a decisão bastante razoável na medida em que dá salvaguarda para o contribuinte não ser penalizado por conta da própria legislação. Impor o prazo de consumo, falando em prescrição, pressupõe uma inércia do contribuinte, o que não é o caso." Procurado, um dos advogados da Eldorado no caso, Sandro Pissini Espíndola, informou não ter autorização da empresa para comentar a questão. A Eldorado também não quis se pronunciarsobre o assunto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279>

IDP promove seminário sobre IA

AMANDA S. FEITOZA

O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) realizará, amanhã, o Seminário Internacional "Inteligência Artificial em Perspectiva: fomento, regulação e soberania digital". O evento é gratuito, aberto ao público, e contará com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal e professor da instituição Gilmar Mendes.

Além do ministro, o seminário reunirá autoridades públicas, especialistas internacionais, pesquisadores e representantes da sociedade civil para debater os caminhos jurídicos e institucionais diante dos desafios **impostos** pelo avanço acelerado da inteligência artificial (IA).

Programação

O primeiro painel, que ocorrerá das 9h30 às 11h, terá como tema Desafios e tendências regulatórias da inteligência artificial.

Com moderação da professora Laura Schertel Mendes, diretora do CEDIS/IDP, terá palestras de Jeanette Hofmann - Pesquisadora do WZB Berlin Social Science Center (Alemanha); Rodrigo Pacheco - Senador da República e ex-presidente do Senado Federal; Eduardo Gomes - Senador da República e relator do PL 2338/2023 no Senado; Aguinaldo Ribeiro - Deputado Federal e relator do PL 2338/2023 na Câmara; Ricardo Villas Bôas Cueva - Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Dario Durigan - Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

O segundo painel, cujo tema é Soberania digital, fomento e regulação da IA no Brasil, das 11h15 às 12h45 terá moderação de Fabrício da Mota Alves - Advogado e presidente do Conselho Consultivo da Anatel. Participarão, como debatedores, Clara Iglesias Keller - Coordenadora do Digital Disinformation Hub no Leibniz Institute for Media Research - WZB (Alemanha); Edoardo Celeste - Professor de Direito na Dublin City University (Irlanda); Samara Castro - Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Luis Vicente de Chiara - Diretor Jurídico da FEBRABAN; Ana Paula Bialer - Advogada especialista em tecnologia e regulação; Luca Belli - Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio e Bruno Bioni - Diretor-fundador do Data Privacy Brasil e professor do IDP.

O evento ocorrerá no Campus da Asa Norte (SGAN

607, Módulo 49). As inscrições gratuitas podem ser feitas no site www.idp.edu.br.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7639/30-07-2025.html?all=1>

Governo estuda opções para regular plataformas

THAÍS BARCELLOS, BRUNO ROSA E GLAUCE CAVALCANTI

Atualmente, o Brasil discute uma série de regras para regular as big techs. Segundo interlocutores do governo, está pronto tanto o projeto de lei que estabelece regras para o funcionamento dessas empresas no Brasil - como a exigência de ter sede no país - quanto o que trata de práticas concorrenciais.

Nos dois casos, questões de conteúdo ficam de fora.

Em meio ao tarifaço, pessoas do entorno do Palácio do Planalto afirmam que as propostas podem ser usadas no bojo da negociação com os EUA. Uma taxa específica para as big techs também chegou a ser discutida, mas há o receio, por parte do governo, de que a medida encareça serviços populares entre os brasileiros, impactando negativamente a popularidade do presidente Lula.

Segundo especialistas, a equação é complexa. As companhias pedem regulação mais leve, incluindo a da inteligência artificial (IA), alegando que regras rígidas atrapalham tanto a inovação quanto suas receitas. Do lado do governo, uma taxa adicional serviria como fonte de arrecadação em meio a desequilíbrios nas contas públicas. Ao mesmo tempo, a regulação pode tanto atrair investimentos

bilionários em data centers quanto controlar a propagação de fake news.

Para Luca Belli, coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), "data centers, minerais raros e tributação das big techs" são "os assuntos mais estratégicos no momento, atrás dos quais existem interesses bilionários". Segundo André Gildin, fundador da RKKG Consultoria, o Brasil tem uma oportunidade

para atrair investimentos, desenvolver data centers locais e participar ativamente do desenvolvimento e treinamento de algoritmos:

-Para os EUA, um ambiente mais regulado no Brasil gera preocupações com exigências extras em relação ao uso de dados e ao risco jurídico para as plataformas. Hoje, mais de 60% do tráfego de dados gerados por plataformas de IA no Brasil é processado

em data centers nos EUA.

Conforme Thiago de Ara-gão, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington e CEO da Arko Advice Internacional, o Brasil poderia colocar a possibilidade de instituir uma tributação adicional sobre as big techs na negociação com os EUA:

- O que o Brasil pode prometer é não aplicar os **impostos** que está pensando em adotar, e oferecer **incentivos** fiscais na área de data centers -disse, citando riscos: -A pior coisa que pode acontecer nessa negociação é o governo brasileiro perder a capacidade de regular de forma sincera e honesta as big techs diretamente.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Acordo para evitar dupla tributação pode entrar no diálogo

O governo brasileiro quer aproveitar eventual mesa de negociação com os EUA para avançar num acordo para evitar a dupla tributação entre os dois países e prevenir a evasão fiscal. Esse é um dos pontos que o Brasil quer levar para a mesa de negociação, caso os Estados Unidos abram esse canal de diálogo, o que ainda não ocorreu.

Segundo uma fonte do governo, o tratado para evitar a bitributação beneficiaria empresas brasileiras e norte-americanas, de modo a evitar que as empresas e os investidores paguem **tributos** duplicados sobre royalties, dividendos e remessas de lucros, entre outros pontos que podem entrar no acordo. Seria uma forma, ainda segundo essa fonte, de reduzir os custos de financiamento de projetos de investimento, uma pauta de interesse para os dois países.

Atualmente, o Brasil possui o acordo para evitar a bitributação com mais de 30 países, mas não com os EUA. Uma das barreiras eram as regras que o Brasil aplicava para os preços de transferências (tributação entre empresas matrizes e filiais), mas após a nova lei, aprovada em 2023, fontes do governo brasileiro dizem que esse empecilho já foi superado.

O acordo também seria benéfico para evitar a evasão fiscal entre os países, pauta cara para o governo brasileiro, que tenta fechar brechas que pessoas físicas e jurídicas utilizam para não pagar **impostos**.

Apesar de o Brasil estar disposto a avançar no acordo, uma fonte diz que isso depende exclusivamente dos EUA, que ainda não abriram um canal de negociação em relação à tarifa de 50% que será aplicada à compra de produtos brasileiros, a partir da próxima sexta-feira (1 -).

Diante desse cenário, o governo traçou um plano de contingência com medidas para socorrer empresas que serão afetadas com a decisão dos EUA. Entre as medidas cogitadas, estão uma linha de crédito subsidiado, por meio de um fundo privado, e ações para proteção dos empregos.

O plano foi apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo vice-presidente Geraldo Alckmin ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira (28), a quem caberá a decisão final. Segundo, Haddad, o plano contém medidas

estruturantes, além das ações de curto prazo para socorrer os setores.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188279?page=1§ion=1>

Sistema presidencialista sai fortalecido da crise

De volta das férias, deputados e senadores encontrarão em Brasília uma Presidência da República fortalecida como instituição. Má notícia, pelo menos a curto e médio prazos, para aqueles que insistem na bandeira do semipresidencialismo e antes do início do recesso tentavam dar novo impulso à proposta.

Parte da história é conhecida. Em maio, ainda com a popularidade em insistente queda, o governo editou um decreto elevando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Congresso decidiu avançar: mesmo após um recuo parcial por parte do Executivo, deputados e senadores derrubaram a medida.

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Abaixo da superfície, onde era evidente a tensão na relação entre os Poderes, as movimentações nos bastidores também fervilhavam. Mais uma vez, lideranças importantes do Legislativo e do judiciário voltavam a defender o semipresidencialismo como uma saída para as frequentes turbulências institucionais.

Nessas rodas de conversa, chegou-se a argumentar que seria necessário aprovar logo a reforma eleitoral em tramitação no Legislativo para assegurar a implementação do voto distrital misto já no próximo pleito. Isso afastaria os aventureiros da política e fortaleceria os partidos.

Em paralelo, as tratativas para a adoção do semipresidencialismo deveriam ser mantidas com fogo brando para que o prato fosse servido ao vencedor do pleito, tão logo ficasse patente que o presidente eleito não teria vida fácil no Congresso. Para viabilizar um amplo acordo político, argumentavam, a ele poderia até mesmo ser oferecida a possibilidade de escolha entre ser chefe de Estado ou de governo.

É preciso ponderar, contudo, que a manobra arriscada empreendida pela cúpula do Congresso, com a federação União-PP e o Republicanos à frente, não encontrava respaldo em outros partidos de centro.

Entre quem divergia, uma influente liderança apontava que as eleições ainda estavam distantes. Com tanto tempo e ferramentas à disposição, alguém como o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva tinha toda a capacidade de

mudara dinâmica do jogo. E ele mudou.

Em um primeiro momento, o Palácio do Planalto conseguiu uma virada nas redes sociais. Depois colheu vitória importante no STF, ainda que preliminar, e saiu das cordas nas pesquisas de opinião.

O governo pediu ao STF a validação do aumento de **impostos** e a proteção de uma prerrogativa presidencial, ou seja, a edição de decretos. Em sua decisão, embora tenha mantido a suspensão do trecho que trata da incidência do IOF sobre as chamadas operações de "risco sacado", muito utilizadas pelo varejo para antecipar recebíveis e que o governo argumenta ser de crédito, o ministro Alexandre de Moraes preservou essa prerrogativa do chefe do Poder Executivo.

Veio, então, a crise provocada por Donald Trump. O STF não se posicionou de imediato contra o maior ataque à institucionalidade em anos, mesmo sendo alvo prioritário na chantagem feita pelo presidente dos Estados Unidos.

O Parlamento também reagiu com timidez. Mais recentemente, a missão de senadores que desembarcou em Washington

constatou algo que poderia ser objeto de reflexão em território nacional: apesar de importantes iniciativas que possam sensibilizar interlocutores estratégicos da Casa Branca, apenas o Poder Executivo será capaz de obter avanços concretos para evitar o tarifaço. Isso, claro, se Trump permitir que seus subordinados negociem com o governo brasileiro.

Lula liderou o movimento de reação, capitalizando internamente junto à opinião pública e preparando um plano que também tende a ocupar a agenda legislativa neste retorno do recesso. No âmbito externo, ainda que as alíquotas realmente sejam elevadas para 50% na sexta-feira (1), o governo continuará sinalizando que está disposto a negociar com os EUA e não cederá esse espaço de interlocução a outros atores.

Neste meio tempo, outra atribuição do presidente da República ocupou espaço na agenda de Lula. Como comandante supremo das Forças Armadas, ele deu impulso às articulações para a aprovação da medida provisória que reajustou depois de vários anos o

salário dos militares e também está tratando do orçamento de cada Arma com os comandantes. Aliás: avalia-se a oportunidade de elevar a patente do adido militar brasileiro na China para o nível de general, o mesmo patamar do representante nos EUA.

Existem, contudo, alguns testes à frente. A decisão de Moraes sobre o IOF ainda precisa ser referendada pelo plenário do STF. A MP que compensa os primeiros recuos relativos ao imposto precisa ser aprovada pelo Congresso com vetos importantes mantidos, o que medirá a temperatura das relações entre governo e Legislativo.

Não se sabe, também, como e se o Congresso reagirá às crescentes operações contra supostas irregularidades envolvendo emendas parlamentares ao Orçamento. Mas, neste momento, é possível dizer que a figura institucional do presidente da República chega ao segundo semestre do ano mais forte. Se o semipresidencialismo estivesse vigente, argumenta um interlocutor do governo, como seria a postura do principal líder do país diante das inadmissíveis exigências feitas por Trump?

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1§ion=1)**

Tarifas são incentivo para abertura das economias, diz William Lee

Tarifas são incentivo para abertura das economias, diz William Lee

Uma vez por ano, o Milken Institute, centro de estudos americano sem fins lucrativos, promove conferências com líderes empresariais, formuladores de políticas públicas, investidores e representantes da sociedade civil para debater temas da economia global.

Na conferência global deste ano, em maio, em Los Angeles, o secretário de Comércio dos EUA, Scott Bessent, foi um dos principais oradores. O economista-chefe do Milken é William Lee.

Ex-Citigroup, ex-FMI e ex-FED de Nova York, ele está entre os economistas americanos com visões convergentes com as do governo Donald Trump. Define as tarifas como parte de uma política mais ampla para atração de investimentos e de produção para os EUA e como uma ferramenta útil contra barreiras não tarifárias de outros países. Incluindo as do Brasil, disse Lee ao Valor, por vídeo.

Segundo ele, o comércio entre EUA e União Européia poderá encolher, em função das taxas definidas em um acordo esta semana. Mas que é o preço que o país pagará em troca de mais fornecedores nos EUA. Lee disse que seus comentários refletem suas próprias análises, e não a visão institucional do Milken. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Como empresários americanos, que o senhor ouve, estão reagindo diante da expectativa das novas tarifas de importação?

William Lee: Como você pode imaginar, a questão das tarifas é a primeira pergunta que sempre me fazem. E as opiniões variam dependendo do modelo de negócios e do tamanho das empresas. Muitos dos importadores, especialmente no varejo, são pequenas empresas. O modelo de negócios deles é importar produtos baratos, aumentar o preço e vendê-los aqui. Essas empresas são certamente prejudicadas pelas tarifas, porque o modelo de negócios delas não permite nenhuma substituição. A elasticidade da oferta delas é zero. Essas empresas, naturalmente, estão reclamando que as tarifas estão causando muitos transtornos. Tive uma reunião e um painel de executivos aqui em Las Vegas, que é uma indústria turística, mas também tem pequenas empresas que

dependem de importações, e todas elas estão dizendo que estão sendo prejudicadas e que não têm como permanecer no mercado porque suas margens já são muito estreitas. As empresas maiores, que têm algum meio de substituição em sua produção, aceitam isso com naturalidade e dizem que não vendem apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. O extremo seria o setor de serviços. Eles dizem: "As tarifas não nos afetam muito, mas realmente não conseguimos vender nossos serviços eletrônicos em muitas economias por causa do imposto digital, por causa das barreiras contra a pesquisa e a muitos produtos de alta tecnologia." Então, eles dizem: "o que está nos prejudicando é que não temos acesso ao mercado externo e estamos sendo discriminados, porque o que fazemos lá é tributado mais pesadamente do que os fornecedores locais". E muitas dessas economias nem têm fornecedores locais, o mercado delas é dominado por empresas americanas, que estão sendo tributadas por serem empresas

americanas, por serem estrangeiras. No meio, você tem os fabricantes que têm cadeias de suprimentos diferentes e alguma flexibilidade para movimentá-las, e eles já estavam preocupados, mesmo antes de Donald Trump, com as vulnerabilidades que vêm com cadeias de suprimentos limitadas. Em outras palavras, muitos deles vêm comprando na China e, durante a pandemia, a paralisação realmente os prejudicou e, a partir desse período, na era pós-pandemia, eles têm tentado diversificar suas cadeias de suprimentos. O que as políticas tarifárias do presidente Trump fizeram, na verdade, fazem é dizer que precisamos acelerar essa diversificação. E as empresas estão se perguntando: "O que podemos realmente fazer para diversificar as nossas cadeias de abastecimento? E o que podemos fazer em termos de tecnologia, para que a nossa produção seja menos dependente da mão de obra barata, mesmo que seja uma mão de obra qualificada, mas mais barata? E o que podemos substituir em termos de tecnologia e capital na nossa produção?" Ou seja, há uma mudança na forma de repensar a produção. E a demanda por se tornar menos dependente de fontes estrangeiras de insumos é algo que se acelerou.

Valor Tornar as empresas americanas menos dependentes de fornecedores estrangeiros é uma ambição realizável em quanto tempo?

Lee: No curto prazo, é claro, a substituição será muito limitada, mas com um horizonte de planejamento de três a cinco anos, que é o que essas empresas fazem, isso agora está totalmente aberto, e elas estão muito mais receptivas a novas tecnologias, especialmente com a ajuda da IA e da robótica. E na medida em que as empresas puderem incorporá-las, isso será uma espécie de marcador do seu sucesso no futuro.

Valor Não é um prazo muito curto para uma mudança tão significativa nas cadeias de fornecimento?

Lee: É um prazo muito curto. E, novamente, depende do setor. Há um reconhecimento de que é difícil replicar completamente a cadeia de suprimentos que tornou os produtores estrangeiros tão eficientes em termos de preços e qualidade da produção. Portanto, haverá uma diferença no preço de um produto fabricado nos EUA em relação a um produto fabricado no exterior, mas para alguns setores que considero estratégicos, esse é o preço que o presidente Trump e seus assessores estão dispostos a pagar para ter uma nova cadeia de suprimentos estratégica, o que é realmente importante. Um elemento muito importante, e se for preciso pagar 20% a mais por isso, acho que esse é o preço que ele vai dizer que estamos dispostos a pagar, porque precisamos ter nossa própria capacidade de fabricar farmacêuticos, suprimentos médicos, chips, porque não podemos ficar tão vulneráveis a interrupções na cadeia de suprimentos.

Valor Os EUA só conseguem reduzir sua vulnerabilidade em termos de suprimentos impondo tarifas aos importados?

Lee: O que os EUA estão fazendo é implementar essas políticas de Estado mais enxuto, **impostos** mais baixos e menos regulamentação. Esses são os incentivos com os quais queremos que os investidores invistam nos setores mais eficientes. E as tarifas serão sobre produtos que representam con-

corrência desleal para as empresas. São 10% e as outras camadas de tarifas acima dos 10% foram direcionadas às barreiras não tarifárias que impedem os investidores de entrarem países estrangeiros. Se você me pergunta se as tarifas são algo positivo ou negativo, minha resposta é: o que é bom na política tarifária, não as tarifas em si, mas na política, é que ela tem incentivado a abertura mútua das economias, a redução das barreiras não tarifárias, além de ter a vantagem de gerar receita para o governo. Já os subsídios não fazem isso. Por isso, acho que a ideia da política industrial, de permitir que os mercados escolham quais setores recebem os benefícios, tem sido a marca registrada do presidente Trump e o que o diferencia da política comercial do passado, porque os

principais componentes da estratégia comercial são **impostos** mais baixos e menos regulamentação. As tarifas são secundárias. Digamos que vamos tentar usar a barreira tarifária para proteger as empresas da concorrência desleal, do dumping. Governo menor, **impostos** mais baixos, menos regulamentação. Essa foi a reforma interna que foi implementada. A barreira tarifária é um elemento secundário na frente internacional.

Valor: No caso do Brasil. Trump definiu tarifas de 50% a produtos brasileiros e associou esse percentual ao julgamento, na Suprema Corte, do ex-presidente Bolsonaro, aliado ideológico do presidente americano. Essa associação criou uma confusão com negociadores brasileiros sobre o que está de fato em jogo, se questões ideológicas ou de comércio. Como o senhor vê essa situação com o Brasil?

Lee: Há um teorema em Economia que diz que um instrumento político deve ser direcionado a um único objetivo político. Infelizmente, o presidente Trump gosta tanto desse instrumento que o está usando para atingir vários objetivos, o que dilui seu poder e o torna mais confuso, como você disse. Eu gostaria que ele não gostasse tanto da política tarifária a ponto de tentar usá-la de forma generalizada. Não posso falar sobre a questão política de Bolsonaro versus Lula, porque realmente não sei o suficiente sobre isso, mas sei que os serviços digitais que os EUA estão exportando para o Brasil estão sendo prejudicados por muita burocracia e que existem barreiras não tarifárias contra a entrada de serviços digitais americanos no Brasil. Então, para mim, essa é exatamente a questão que está sendo abordada por essa demanda por uma tarifa de 50%. A mensagem de Trump é: "Ei, talvez vocês tenham apenas 5% de tarifas médias, mas vejam tudo isso aqui, todas essas outras coisas que impediram os serviços

digitais e outras exportações dos Estados Unidos para o mercado de vocês". Esse exemplo se encaixa no que eu disse antes sobre a política geral de parceria com os EUA ou de ser um concorrente. Se você quer ser um concorrente, tudo bem, você terá uma barreira tarifária. Ou você pode fazer uma parceria conosco, como o Japão, a Coreia do Sul e o Reino Unido concordaram em fazer.

Valor: Porque muitos países não negociaram até agora acordos tarifários com os EUA?

Lee: A maioria dos países tem campeões nacionais [empresas que recebem apoio do Estado]. E, na minha opinião, os países não estão dispostos a abrir mão e expor essas empresas à concorrência internacional. Portanto, essas barreiras não tarifárias permanecerão em vigor, e eles estão relutantes em

lidar com elas. O Reino Unido e o Japão, por exemplo, disseram: vamos abrir. Os motores Rolls Royce vêm para nós sem tarifas; os aviões Boeing vêm para o Reino Unido sem tarifas. Esse é o modelo, o padrão que, na minha opinião, beneficia os dois lados.

Valor O acordo entre EUA e UE tende a ter algum efeito sobre as intermináveis negociações de um acordo de comércio livre entre a União Europeia e o Mercosul?

Lee: A Europa enfrenta agora custos mais elevados no acesso ao mercado dos EUA, tomando outras relações comerciais - como o Mercosul - potencialmente mais atraentes para a diversificação econômica. No entanto, isso também significa que os negociadores da UE provavelmente se tornarão mais cautelosos. Existem agora novos riscos de os parceiros comerciais aumentarem abruptamente as barreiras, o que poderia levar a UE a buscar proteções mais fortes e salvaguardas aplicáveis em qualquer acordo com o Mercosul. O novo acordo entre os EUA e a UE não tem um efeito positivo ou negativo direto sobre as chances de finalização de um acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul. O que fará é aumentar a complexidade das negociações: a UE está, por um lado, mais motivada a diversificar seus parceiros comerciais e, por outro lado, também pode se tornar mais avessa ao risco em sua abordagem - o que pode levar a negociações mais difíceis e a um progresso mais lento com o Mercosul. O Mercosul deve aproveitar o precedente dos EUA de usar incentivos para aumentar o investimento estrangeiro em vez de medidas protecionistas. O acordo entre os EUA e a UE sinaliza um ambiente comercial global menos voltado para a liberalização por si só e mais para a construção de relações adaptáveis que antecipem choques políticos futuros e protejam contra mudanças tarifárias repentinas.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1§ion=1)**

Doenças não transmissíveis matam 74% no mundo

RENATA GIRALDI

Relatório recente, publicado pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) é intitulado Uma grande tempestade no horizonte - a carga macroeconômica e de saúde das doenças não transmissíveis e dos problemas de saúde mental na América do Sul, mostra que as doenças não transmissíveis (DNTs) são a principal causa mundial de doenças, incapacidades e mortes preveníveis. As DNTs são responsáveis por 74% de todas as mortes anuais no mundo.

Diabetes e as doenças renais crônicas estão na lista, assim como diagnósticos cardiovasculares, cânceres, problemas respiratórios crônicos e saúde mental, além de Alzheimer e demências, depressão, ansiedade e transtornos do espectro autista, são a principal causa mundial de doenças, incapacidades e mortes preveníveis.

"No Brasil, as doenças crônicas não transmissíveis impactam diretamente a capacidade produtiva da população, geram alto custo para o sistema público de saúde e sobrecarregam os serviços de atenção primária e especializada", alertou Elber Rocha médico nefrologista e coordenador do Programa de Transplantes do Hospital Santa Lúcia, de Brasília, e membro titular da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN). "São silenciosas e subdiagnosticadas, o que dificulta intervenções precoces e agrava a progressão." O relatório da Opas analisa os perigos decorrentes das taxas atuais e crescentes de doenças não transmissíveis e problemas de saúde mental na América do Sul, incluindo os impactos negativos sobre o crescimento econômico. A Colômbia e a Venezuela têm elevadas perdas causadas por diabetes e doenças renais. No Brasil, a maior carga econômica é causada por doenças cardiovasculares.

A estimativa é de que um subconjunto de DNTs e problemas de saúde mental, que consistia em doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, câncer, diabetes e transtornos mentais, custaria para o mundo US\$47trilhões entre 2010 e 2030, o equivalente a 75% do produto interno bruto (PIB) mundial em 2010 (16).

No relatório, há recomendações sobre como tratar as doenças cardiovasculares e o diabetes. O caminho, segundo especialistas, é oferecer tratamento

medicamentoso (inclusive para controle glicêmico em pessoas com diabetes mellitus e controle da hipertensão arterial) e aconselhamento para indivíduos que tenham sofrido infarto do miocárdio ou acidente vascular cerebral e pessoas com alto risco.

De acordo com a análise, os dispositivos vestíveis, como monitores contínuos de glicose (CGM), como Dexcom G6 e FreeStyle Libre, que medem os níveis de glicose em tempo real, e bombas de insulina inteligentes, que ajustam a liberação do hormônio de forma automática, podem ajudar bastante e dar apoio afetivo. Mas o estudo esclarece: o acesso a essas tecnologias continua limitado, e é necessário promover a causa. "Promover o diagnóstico precoce e a prevenção da progressão renal é, portanto, também uma medida de saúde pública", disse Rocha. "São estratégias para conter esse avanço e melhorar a gestão dos recursos em saúde na região."(RG)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7639/30-07-2025.html?all=1>

Estados anunciam medidas para minimizar prejuízo com tarifaço

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA | COLABOROU ALVARO GRIBEL

Os Estados mais impactados pelo tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil começaram a anunciar medidas de socorro às empresas afetadas por conta própria, às vésperas de a taxaço de 50% sobre os produtos importados pelos americanos entrar em vigor, na sexta-feira.

As medidas incluem a concessão de crédito para empresas de diversos setores - que vão de suco de laranja a aeronaves -, que já temem suspender atividades e demitir funcionários.

A União também prometeu socorrer empresas, mas vai esperar até o fim da semana para decidir quais ações irá tomar.

Os governadores também querem chamar o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, para uma reunião no Fórum dos Governadores. O objetivo é discutir o impacto das tarifas nos Estados brasileiros.

"Cada Estado vai mostrar os seus impactos, e queremos formar uma comissão para acompanhar as negociações. É hora de agir com diálogo e união para proteger empregos, renda e a população, que é quem mais sofre", disse o coordenador do fórum e governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), nas redes sociais após se reunir com Alckmin.

CRÉDITO. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lançou uma linha de crédito com juros subsidiados para exportadores paulistas, conforme a Coluna do Estado antecipou.

A linha de crédito Giro Exportador disponibilizará R\$ 200 milhões com taxas de juros a partir de 0,27% ao mês mais a **inflação**. O prazo para pagamento é de até 60 meses, com carência de até 12 meses inclusa nesse período. Cada cliente poderá financiar até R\$ 20 milhões.

Estão em São Paulo algumas das empresas mais afetadas, como a Embraer, que estima um custo adicional de R\$ 50 milhões por avião por conta da tarifa, e o setor do suco de laranja, com a produção liderada pelo Estado. "Se a gente não botar a bola no

chão, não agir como adulto e não resolver o problema, quem vai perder é o Brasil e a consequência virá", disse Tarcísio durante um evento da XP Investimentos, em São Paulo, no sábado.

O financiamento será dado pela Desenvolve SP, agência de fomento do Estado. Outra medida anunciada por Tarcísio é a liberação de créditos do ICMS acumulados por empresas exportadoras, que ficam retidos no sistema tributário do Estado e que serão devolvidos às companhias. O impacto dessa medida pode atingir R\$ 1 bilhão.

O governo ainda prometeu ampliar o Fundo Garantidor no Estado, que possibilita acesso ao crédito com menos exigência de garantias.

DEPENDÊNCIA. São Paulo é o Estado que mais vende aos Estados Unidos, mas em termos proporcionais o mais impactado é o Ceará. No primeiro semestre deste ano, mais da metade do que o Ceará exportou teve como destino os EUA. Em todo o ano passado, o país representou 44,9% das exportações do Ceará, sobretudo por conta do aço e dos pescados.

"Temos absoluta preocupação com os empregos, com o pescado que está em contêiner, estamos discutindo que solução podemos dar, da mesma maneira com a castanha de caju, com a cera de carnaúba", disse o governador cearense, Elmano de Freitas (PT), no sábado.

Ele citou o caso da ArcelorMittal, que representa metade das cargas movimentadas no Porto do Pecém e 78% do que exporta vai para os EUA.

O Ceará não anunciou nenhuma medida específica, mas estuda alinhar um plano de ação com o governo federal.

Uma das possibilidades é liberar créditos do ICMS para exportadores, mas há cobranças para que o governo federal repasse recursos ao Estado para compensar esses créditos retidos, como prevê a Lei Kandir, que é tema de uma disputa histórica entre os governos estaduais e a União.

O governador se reuniu ontem com Alckmin e anunciou um grupo de trabalho para estudar medidas.

PACOTE. No Paraná, o governador Ratinho Júnior (PSD) anunciou um pacote que inclui a liberação de créditos do ICMS para que as empresas vendam esses valores no mercado ou usem como aval para novos empréstimos.

O governo estadual também estuda beneficiar exportadores com uma renegociação de empréstimos na Fomento Paraná e no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e fazer um aporte no Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) para empréstimos com juros mais baixos.

Outra medida é deixar de exigir algumas contrapartidas de empresas que receberam benefícios tributários ao se instalarem no Estado.

No Paraná, as tarifas de Trump impactam fortemente o setor de madeira, que exporta desde madeira serrada até painéis prontos, mas também afeta fabricantes de cerâmica, café solúvel, peças, peixes e mel. "Tem cidade aqui que metade da economia depende de uma fábrica que é exportadora para os Estados Unidos", disse o secretário da Fazenda do Paraná, Norberto Ortigara, ao Estadão, ao citar o caso de Bituruna, no sul do Estado.

Todas as medidas em estudo se restringem a empresas que vendem para os Estados Unidos. Só em financiamentos, o Estado pretende usar R\$ 80 milhões para abrir linhas de crédito que podem chegar a R\$ 400 milhões.

"Essa medida (o tarifaço) é uma pancada, vai na contramão de tudo que foi construído até hoje e impõe uma barreira competitiva grandiosa para um país como o Brasil, que tem os Estados Unidos como o segundo maior país com quem faz comércio", afirmou Ortigara.

"Podíamos cruzar os braços, deixar o setor privado choramingando, quebrando e demitindo, mas decidimos agir." AVALIAÇÃO. O governo do Rio de Janeiro criou um grupo de trabalho para elaborar estudos que avaliem os impactos da taxaço na economia fluminense.

O Rio é o segundo Estado que mais exporta para os EUA, especialmente petróleo refinado e semimanufaturados de ferro e aço. "Nosso compromisso é construir uma defesa sólida, tanto técnica quanto política, dos interesses do Estado do Rio de Janeiro", disse o governador Cláudio Castro (PL) na semana passada.

AUXÍLIO. No Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite (PSD) anunciou um programa de crédito

de R\$ 100 milhões por meio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, para socorrer exportadores gaúchos que vendem para os EUA. Os juros serão equalizados com recursos do Fundo Impulsiona Sul, instituído pelo banco, e ficarão entre 8% e 9% ao ano para capital de giro.

Além do juro subsidiado, o prazo de pagamento será de 60 meses, com 12 meses de carência.

"Isso garantirá um fôlego para empresas enfrentarem eventual queda de demanda enquanto vigorarem as tarifas", disse o governo do Rio Grande do Sul à reportagem.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) estima perda R\$ 1,92 bilhão no Produto Interno Bruto (**PIB**) do Estado, com impacto em setores como produtos de metal, máquinas e materiais elétricos, madeira, couro e calçados. Dentro do segmento de produtos de metal, por exemplo, armas e munições têm 85,9% da produção exportada para os EUA.

CURTO E MÉDIO PRAZOS. No Espírito Santo, as conversas com os principais setores atingidos estão a cargo do vice-governador, Ricardo Ferraço (MDB), que se reuniu na segunda-feira com representantes de segmentos que podem sofrer impacto do tarifaço.

Ao Estadão, ele afirmou que ainda não há decisão tomada sobre as medidas, mas o foco será mitigar o impacto no curto prazo, para depois ajudar esses setores a redirecionar as exportações para outros mercados, em um segundo momento.

"Queremos cuidar primeiro do emergencial, depois ajudar as empresas a mudar a estratégia; não é simples alterar um mercado para outro. Cada mercado tem uma especificidade", afirmou.

Enquanto Ferraço conversa com os setores internamente, o governador do Estado, Renato Casagrande (PSB), mantém contato com o governo federal por meio de Alckmin. O Estado exporta cerca de US\$ 10 bilhões em produtos por ano, com 30% desse total direcionado para o mercado americano.

Ferraço diz que uma grande preocupação é com o impacto sobre o pequeno negócio.

"Estamos traçando o diagnóstico.

Nossa preocupação é com nível de emprego, a prioridade é a manutenção dos micro e pequeno empresários, que não têm os mesmos arranjos das grandes empresas", disse.

Ele entende que o impacto sobre o Espírito Santo será amplo, atingindo desde setores estruturados, como siderúrgico e de celulose - caso de empresas como Arcelor e Suzano -, como pequenos produtores rurais de café, gengibre e mamão, e de extração de rochas ornamentais.

"A abertura da nossa economia, do Espírito Santo, é muito grande. Os segmentos com mais presença no exterior são aço, derivados de ferro, celulose, café, pimenta do reino, rocha ornamental, mamão, gengibre.

É um conjunto com enorme diversidade e diferenças de estruturas", afirmou Ferraço.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apesar de tarifas, FMI eleva projeção de PIB do Brasil

I ALINE BRONZATI/CORRESPONDENTE EM NY

O Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou suas projeções para a economia brasileira, a despeito do temor em torno do impacto das tarifas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O organismo espera que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil cresça 2,3% neste ano, acima dos 2% projetados em janeiro. Trata-se de uma desaceleração em relação à expansão de 3,4% registrada no ano passado.

Para 2026, o Fundo prevê leve desaceleração, com alta de 2,1%. Nesse caso, a projeção teve melhora de 0,1 ponto porcentual ante a estimativa anterior.

As novas projeções constam do relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês), publicado ontem.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump está vencendo sua guerra comercial? Economistas duvidam

CAROLINA NALIN

Desde que Donald Trump voltou à Casa Branca, sua agenda econômica protecionista, que rompe com a ordem comercial global em vigor desde o fim da II Guerra Mundial, vem sendo anunciada como uma vitória política, mas, do ponto de vista econômico, o efeito ainda é incerto. Economistas alertam para o risco de preços mais altos e perda de fôlego da atividade, colocando em xeque a aposta de que o tarifaço resultará em impulso da produção industrial e da geração de empregos.

Segundo Marta Castilho, coordenadora do grupo de indústria e competitividade do Instituto de Economia da UFRJ, um estudo recente de economistas americanos analisou os efeitos da guerra comercial iniciada por Trump em seu primeiro mandato.

A conclusão é que as tarifas não geraram empregos nos setores protegidos. Pelo contrário: áreas afetadas por retaliações chinesas, como a agricultura, perderam postos. Por outro lado, as tarifas tiveram um ganho eleitoral. Nas regiões mais afetadas, cresceu o apoio a Trump e ao Partido Republicano.

Para Marta, as novas tarifas poderão trazer resultado parecido, com custos mais elevados às empresas:

- Isso já criou problemas financeiros relativos à produção e traz um problema maior de longo prazo, porque o investimento produtivo é muito dependente das perspectivas econômicas. Se há essa incerteza quanto ao que vai ser feito, o empresário espera para investir.

Além da incerteza regulatória e do vaivém de Trump nos anúncios, Marta vê risco de aumento da **inflação**. Segundo ela, o aumento de preços ainda não se materializou por conta do atraso na aplicação das tarifas e do uso de estoques pelas

empresas - embora alguns produtos, como a carne, já venham encarecendo, também por causa de outros motivos (leia mais abaixo).

RELAÇÃO ASSIMÉTRICA

Luiz Carlos Prado, também professor do Instituto de Economia da UFRJ, ressalta que a atual postura do

governo americano rompe com a lógica do benefício mútuo que sustentou o comércio internacional por décadas, uma configuração que os EUA ajudaram a construir com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), em 1947. Em vez de buscar acordos nos quais todos ganham, o governo Trump está adotando uma estratégia em que tenta se beneficiar às custas das perdas dos outros.

-E muito nocivo esse princípio. Hoje quanto mais próximo você é dos EUA, maior é o poder de barganha deles. Trata-se de uma extração de excedente a qualquer custo, uma

relação assimétrica e desestabilizadora -diz Prado.

Analistas afirmam que os acordos firmados por Trump podem desmoronar rapidamente, dado seu histórico de fazer novas ameaças tarifárias e renegociar combinados que ele próprio assinou, como mostra reportagem do The New York Times. Também duvidam que esses acordos comerciais cumpram um dos seus principais objetivos: reduzir o déficit comercial dos EUA, que o presidente americano vê como prova de que o país está sendo prejudicado.

Brad Setser, economista do think tank americano Conselho de Relações Exteriores, diz na reportagem do jornal ame-

ricano que as tarifas podem reduzir ou aumentar déficits com países específicos, mas com pouco impacto sobre o déficit total americano, a menos que prejudiquem a economia e diminuam o consumo.

ROMBO FISCAL

E ainda há o rombo nas contas públicas. Segundo Fernando Ribeiro, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as tarifas poderão aumentar a arrecadação dos EUA, mas o déficit do governo americano está em US\$ 1,84 trilhão, enquanto as tarifas poderiam render em torno de US\$ 300 bilhões, numa conta simples. E esse valor ainda é incerto, já

que há exceções e as próprias tarifas podem reduzir o volume de importações, o que diminui a base de arrecadação.

-E curioso que, ao mesmo tempo em que são anunciadas tarifas, o governo Trump aprovou um projeto de lei que aumenta o déficit orçamentário -diz Ribeiro.

Outra fonte de incerteza é o fato de que boa parte dos parceiros comerciais dos EUA segue de fora dos acordos comerciais anunciados até aqui. De acordo com o banco Goldman Sachs, citado pelo The New York Times, países que representam 56% das importações dos EUA (incluindo Canadá, México, Coréia do Sul, Brasil e Índia) estão nessa situação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mesmo sem tarifas, carne já está mais cara nos EUA

Primeiro foi o ovo, agora é a carne, resumiu a CNN. Depois de a gripe aviária transformar o omelete em artigo de luxo para os americanos no ano passado, agora a proteína animal favorita dos EUA está atingindo preços recordes. E o anúncio de tarifas de 50% sobre produtos do Brasil - maior exportador de carne do mundo - soma-se a fatores como o encolhimento dos rebanhos locais no rol de razões para a inflação do bife.

"Na sexta-feira, o USDA (Departamento de Agricultura) informou que o atual rebanho de gado e vacas de corte nos EUA está 1% abaixo dos níveis de 2023, representando o menor número dos últimos 25 anos. Além da já limitada oferta de carne bovina por parte dos produtores americanos, a aplicação de tarifas de 50% sobre as importações de carne bovina brasileira impactou ainda mais os preços regionais, resultando em um aumento de 3% no preço da carne moída no acumulado do mês de julho", resume relatório de ontem do banco Itaú BBA.

Segundo a CNN, os preços da carne bovina acumulam alta de quase 9% desde janeiro, com a libra (cerca de 450 gramas) vendida no varejo a US\$ 9,26. O índice de preços ao consumidor de junho mostrou que os preços dos bifês e da carne moída subiram 12,4% e 10,3%, respectivamente, em 12 meses.

Analistas americanos preveem que a pressão continuará, dadas as razões para a escalada inflacionária. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), que tem entre suas associadas gigantes como JBS e Marfrig, estimou ontem perdas de até US\$ 1 bilhão caso a tarifa de 50% entre em vigor.

Os EUA são o segundo maior importador da carne brasileira, atrás apenas da China. Em evento ao vivo ontem, Roberto Perosa, presidente da Abiec, disse que o setor está conversando com parlamentares dos EUA para tentar evitar a taxaçoão, segundo a agência Reuters.

Este texto foi originalmente publicado na coluna de negócios Capital, no site do GLOBO:

blogs.oglobo.globo.com/capital

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Plano de contingência depende do Congresso, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira (29) que a maioria das medidas do plano de contingência para ajudar empresas que serão afetadas pelo tarifaço vai depender de aprovação do Congresso Nacional. Segundo ele, haverá um cardápio de ações, que não serão de retaliação ao governo dos Estados Unidos, mas sim de "proteção" ao Brasil.

Ao se manifestar sobre o assunto, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o plano será "muito menos fiscal do que se espera". Já o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, deu continuidade a suas agendas e se reuniu com representantes das chamadas "big techs" e da Secretaria de Comércio dos EUA.

De acordo com Haddad, o plano de contingência contém medidas de curto, médio e longo prazo, inclusive com ações estruturantes para fortalecer as exportações brasileiras e para beneficiar pequenas e médias empresas.

O ministro disse ainda que, apesar de parte das medidas precisar do aval dos parlamentares, elas estarão prontas para serem apresentadas assim que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) considerar oportuno tomar uma decisão.

"Quando ele falar 'Eu quero isso', vai sair. Em 24,48 horas, a coisa vai estar pronta, seja o que for, dentro do menu que nós apresentamos a ele", disse Haddad em entrevista à CNN Brasil.

O chefe da Fazenda, no entanto, não detalhou o plano nem disse se as propostas serão apresentadas por meio de medida provisória, projeto de lei ou Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Ele reforçou que as medidas não estão sendo tomadas para re-

taliar o país comandado por Donald Trump. "Esse tipo de coisa na mesma moeda é uma coisa que não está na ordem de considerações, porque nós estamos pensando no povo brasileiro."

Ainda de acordo com o ministro, o plano de contingência não precisa ser apresentado necessariamente na sexta-feira (1 -), quando entra em

vigor a taxaço de 50%, porque é preciso primeiro entender a amplitude do tarifaço. "É muito difícil antecipar-

mos qualquer medida sem saber da decisão final [dos EUA]."

Ele apontou também que as tarifas podem ter um efeito de inflacionário no Brasil, porque aumentará a oferta de produtos em território nacional. Por outro lado, como o Brasil exporta insumos para os EUA, a população norte-americana será fortemente afetada, segundo Haddad.

Segundo o ministro, pode haver uma surpresa positiva em relação à **inflação** de alimentos, so-

brete de carnes e frutas, porque relatórios já têm demonstrado que os preços no varejo estão caindo. "Agora temos que avaliar se isso vai se manter."

Tebet, por sua vez, afirmou que as medidas do plano de contingência não devem envolver tanto dinheiro do Orçamento. "É muito menos fiscal do que se espera, até porque a solução não passa necessariamente pelo fiscal", afirmou a ministra em entrevista à GloboNews.

Segundo ela, o governo está pensando especialmente nas médias e pequenas empresas. A ministra também disse que o Brasil pode ser a solução para o Brasil em meio ao tarifaço. "A grande realidade é que o Brasil conseguiu diversificar sua matriz econômica e, mais do que isso, diversificar os seus parceiros."

Já Alckmin deu sequência às agendas e recebeu, pela segunda vez, empresas de tecnologia para debater não só o tarifaço, regulamentação do setor. O vice foi escalado por Lula para ser o principal articulador do Brasil nas tratativas com o governo americano.

As companhias foram citadas na carta enviada por Trump ao presidente brasileiro. Além dos representantes das "big techs", a Secretaria de Comércio dos EUA também participou da conversa, por videoconferência.

"Essa questão de regulamentação das redes sociais é uma questão que está em discussão no mundo, então vamos aprender. Nós não devemos ter muita pressa. Eu acho que a gente deve verificar legislação

comparada", afirmou Alckmin a jornalistas.

Questionado sobre a fala do secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, de que produtos não cultivados no país, como café e cacau, poderão ser isentos das tarifas, o vice afirmou que o Executivo trabalha para reverter a taxaço de modo geral.

"Estamos empenhados em tentar evitar que tenhamos uma tarifa injustificada", disse.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1§ion=1)**

Inflação de serviços continua um entrave para BC atingir meta

A **inflação** de serviços continua oferecendo resistência à queda da **inflação**, e seu nível se mantém incompatível com a meta de 3%. O Copom se reúne hoje e deve manter o forte aperto monetário, com taxa de juro real de quase 10%, por um período prolongado. A sustentação dos preços dos serviços tem suporte na política oficial de correção do salário mínimo acima da **inflação** - INPC mais a variação do **PIB** de dois anos antes, com ajuste real garantido de 3% neste e no próximo ano.

A política de reajuste real do salário mínimo influencia a elevação de outras faixas salariais, a remuneração dos **servidores públicos** e até dos trabalhadores informais e sem carteira assinada, além da correção das aposentadorias e pensões -de resto sustentados também pela baixa taxa de desemprego e pelo mercado de trabalho aquecido. Estudo da LCA4Intelligence constatou que o reajuste dos salários tem forte impacto na demanda de serviços. Em números, quantifica o estudo-ele justifica quase 70% da **inflação** de serviços (Valor, 24/7), que costuma subir mais lentamente e é difícil de ser reduzida depois.

A **inflação** de serviços está rodando em patamar superior ao do IPCA geral, segundo o IBGE. Após subir 0,26% em maio e 0,24% em junho, o IPCA acumula 2,99% no semestre. Em 12 meses, ficou em 5,35%, pelo sexto mês consecutivo acima da banda perseguida pelo BC, que tem centro em 3% e teto em 4,5%. No agregado especial de serviços, porém, a **inflação** mais que dobrou, de 0,18% em maio para 0,40% em junho, acumulando 6,18% em 12 meses, quase 1 ponto acima do índice geral.

Depois de ter desacelerado em maio com o recuo dos preços das passagens aéreas, os serviços escalaram em junho. A alta do transporte por aplicativo, de 13,77%, puxou o índice para cima, contribuindo para que o grupo de Transporte aumentasse 0,27%. O transporte por aplicativo subiu nada menos do que 44,49% em 12 meses. A alimentação fora do domicílio também veio em alta e tem peso no orçamento das famílias. Outros grupos de despesas em que os serviços estão incluídos tiveram variações expressivas, como despesas pessoais, de 0,23%, e comunicação, de 0,11 %.

Desde o início do ano, a LCA projeta que a **inflação**

de serviços atingirá 6% neste ano. A perspectiva para 2026 não é muito melhor, com serviços subindo 5,2%. As projeções do relatório Focus para o IPCA geral são mais baixas, de 5,09% para este ano e de 4,44% para 2026.

No pano de fundo das previsões da LCA está a expectativa de

que o salário mínimo terá um reajuste nominal acima de 8% em 2026, em comparação com os 7,5% deste ano. As previsões do governo são um pouco mais baixas. O governo federal projeta um salário mínimo de R\$ 1.630 no próximo ano, com aumento de 7,37% em relação a 2025, variação que consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem.

A LCA não descarta uma **inflação** de serviços ainda maior em 2026 em consequência do fato de ser um ano eleitoral, que em geral se caracteriza pelo aumento dos estímulos governamentais, especialmente em Estados e municípios. A isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil também pode trazer reflexos.

Economistas do BC abordaram a relação entre mercado de trabalho, salário mínimo e a **inflação** de serviços em dois estudos neste ano, com conclusões semelhantes às da LCA. Em um deles, com base em dados das duas últimas décadas, Ricardo Sabbadini e Julia Regina Scotti estimaram que uma elevação de 1 ponto percentual no salário mínimo está associada a um aumento de aproximadamente 0,1 ponto percentual na **inflação** de serviços do ano seguinte.

A regra de correção do salário mínimo vem sendo questionada por seu impacto na fixação do piso das aposentadorias e pensões, com consequências explosivas nas despesas públicas. Essas regras já foram até mais generosas, acima dos ganhos de produtividade do país, e contribuíram para que a despesa previdenciária com benefícios de um salário mínimo passasse de 1,15% do **PIB**, em 1997, para 3,10% do **PIB**, em 2024, de acordo com estudo do economista Fábio Giambiagi.

Seu reflexo negativo na **inflação** de serviços é mais um argumento a favor de uma revisão de regras. Até porque, ao elevar os preços, corrói o ganho do

trabalhador e, ironicamente, produz o efeito contrário à redução da desigualdade almejada com o aumento salarial.

O BC colheu alguns resultados favoráveis a seu objetivo recentemente. A **inflação** cedeu um pouco, com recuos consecutivos dos preços dos alimentos. O câmbio até agora tem reagido com moderação ao furacão tarifário de Trump e pode ter algum efeito deflacionário. A oferta de crédito começou a desacelerar mais claramente em junho. As projeções privadas, no entanto, mostram que o IPCA se aproximará da meta somente em 2027. Com expectativas desanco radas - e com o governo empenhado em não deixar a economia desacelerar-, o BC terá de manter por mais tempo a maior taxa de juros desde 2006, colocando uma carga pouco suportável sobre a dívida pública.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279?page=1§ion=1)**

Juros futuros recuam com otimismo com negociações

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani, Luana Reis De São Paulo

A forte descompressão vista no mercado de Treasuries (títulos do Tesouro americano) na sessão de ontem impulsionou um ajuste nos juros futuros locais, com uma queda de até 18,5 pontos-base (0,185 ponto percentual) nas taxas. Um dia antes da decisão de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos, uma confluência de fatores externos e domésticos ajudou a trazer certo alívio para a curva a termo, com destaque para os vencimentos intermediários e longos.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 cedeu de 14,925%, do ajuste anterior, para 14,91%; a do DI de janeiro de 2027 recuou de 14,215% para 14,155%; a do DI de janeiro de 2029 teve forte queda de 13,53% para 13,38%; e a do DI de janeiro de 2031 des-pencou de 13,785% para 13,60%.

Embalado por sinalizações um pouco mais positivas nas negociações entre EUA e Brasil, o Ibovespa também devolveu as perdas registradas nas últimas três sessões e avançou 0,45%, aos 132.726 pontos. O dólar à vista, por sua vez, exibiu queda de 0,38%, a R\$ 5,5689, em um movimento que descolou da maior

ria dos mercados mais líquidos acompanhados pelo Valor.

No começo da manhã, a divulgação do relatório Jolts, que mostrou um recuo das vagas em aberto e um menor número de contratações no mercado de trabalho americano em junho, ajudou a alimentar uma parte do recuo nos rendimentos dos Treasuries. Na sequência, comentários de autoridades do Brasil e dos EUA ajudaram a intensificar a percepção de que os países estão mais abertos ao diálogo, ainda que não haja sinal claro de que a tarifa de 50% - prevista para sexta-feira-será revogada.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "há algum sinal de interesse em conversar", embora as incertezas sigam no radar. A fala ajudou a oferecer certo otimismo aos ativos domésticos, juntamente com a declaração do secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, à "CNBC News", de que o governo Trump avalia isentar

de taxas as compras de café, cacau e outros recursos naturais - uma medida que poderia beneficiar o Brasil, ainda que o país não tenha sido citado diretamente.

Relatos de que o governo também negocia para que alguns alimentos possam ficar fora das medidas tarifárias e para que a Embraer possa ser beneficiada por uma tarifação menor também foram bem recebidos pelo

mercado. Com a notícia, as ações da fabricante de aeronaves brasileira lideraram as altas do Ibo-vespa, com ganhos de 3,76%.

"O que se tinha no horizonte até semana passada eram tarifas de 50% sobre todos os produtos importados do Brasil, e nada mais. Agora começamos a ver uma discussão mais forte sobre os alimentos estarem fora das medidas e negociações para tentar retirar tarifas sobre a Embraer e sobre peças de aeronaves, o que tem soado bastante positivo", afirma Luan Arai, especialista e trader de câmbio da Genial Investimentos.

Arai, no entanto, pondera que ainda não houve confirmação sobre essas sinalizações e que o câmbio já embutiu, de alguma forma, em seu preço a perspectiva de que as tarifas sejam de 50% sobre os produtos brasileiros. "Óbvio que a percepção de risco sempre pode piorar, mas o mercado já aguarda esse cenário", afirma, acrescentando que o diferencial de juros americanos pode estar aju-

dando a conter uma piora mais intensa da moeda brasileira.

O chefe da corretora do Scotia-bank no Brasil, Michel Frankfurt, também destaca que "qualquer coisa que não for os 50% de tarifa sobre os produtos brasileiros já será um ganho", em virtude do fato de que o mercado vê a chance de uma reversão total como muito baixa. "O que tem no preço hoje é uma tarifação de 50%, um fiscal ruim no Brasil e o aumento da popularidade [do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)]. Qualquer coisa melhor, o mercado vai reagir positivamente. Talvez, tenha tido um exagero e a assimetria poderia ficar mais positiva no curto prazo."

Ainda que algumas ações de commodities, como Petrobras e Vale, tenham tido um desempenho mais

positivo após o "tarifaço" do dia 9 de julho, o profissional do Scotiabank não acredita que o movimento mais favorável deva prosseguir com força. "Para mim, o movimento que vimos de commodities foi o dólar que bateu RS 5,60 e as exportadoras se deram bem. Ao mesmo tempo, as cíclicas performaram mal. Tarifas são inflacionárias e anti-crescimento, o que penalizou essas ações mais sensíveis a juros", destaca Frankfurt.

Já no exterior, os principais índices de ações de Nova York encerraram a sessão no negativo: o Dowjones fechou em queda de 0,46%; o S P 500 recuou 0,30%; e

o Nasdaq cedeu 0,38%. Da mesma forma, os rendimentos dos Treasuries com vencimento em dois anos recuavam para 3,881%, de 3,920% no fechamento anterior, e as taxas dos papéis de dez anos cediam para 4,329%, ante 4,417% na última sessão, no fim do dia.

A queda nos rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA, no entanto, não foi totalmente consequência dos dados econômicos, segundo Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas de renda fixa do BMO Capital Markets. Eles argumentam que os números não foram suficientes para justificar a magnitude da demanda e observam que a extensão na trégua comercial entre a China e EUA reduziu a ansiedade dos participantes quanto aos riscos de **inflação** à frente, o que se refletiu em maior demanda por "duration" (prazo de vencimento na curva de juros).

Os estrategistas também veem

que os operadores parecem estar se preparando para uma reprecificação forte na curva americana, diante de um dia de agenda cheia, com o relatório ADP de empregos no setor privado, a primeira leitura do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre e a decisão de juros do Federal Reserve (Fed).

Já aqui no Brasil, embora não veja condições no cenário para justificar um afrouxamento das condições financeiras, por ora, Mariana Dreux, gestora do fundo Yield Plus, da Itaú Asset Management, avalia que não se surpreenderia caso o Banco Central cortasse os juros ainda em 2025, com base na melhora da perspectiva inflacionária.

"A curva está relativamente bem precificada para esse cenário de **inflação** persistente. Como cenário alternativo, vejo risco de um movimento um pouco antecipado de flexibilização", disse Dreux durante live da Warren Investimentos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279>

Previdência planeja grupo de trabalho sobre juros do consignado

Ruan Amorim De Brasília

O ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, afirmou que pretende instituir um grupo de trabalho para debater e analisar a metodologia que define a taxa de juros do crédito consignado. De acordo com o ministro, a iniciativa vai ajudar a dar previsibilidade aos aposentados e ao setor bancário.

"Já falei isso outras vezes, ainda quando era secretário, que a gente pudesse constituir aqui um grupo de trabalho para escutar e aprofundar as planilhas apresentadas pelos bancos", disse.

Para que o debate se mantenha técnico, o ministro afirmou que deixará cadeiras à disposição de entidades e ministérios, como Casa Civil, Planejamento Fazenda, além da Dataprev.

De acordo com Queiroz, o ex-ministro da **Previdência Social**

Carlos Roberto Lupi, queria deixaras cadeiras do colegiado a cargo dos membros da pasta, mas ele prefereoutra abordagem.

"É mais construtivo que a gente traga os oiganismos do governo, dos outros ministérios, para que também participem dessa discussão", disse. "Que juntos consigamos estabelecer uma equação que possa fazer essa análise dos juros de forma permanente, sem precisar se deter a um indicativo apenas. Ou seja, cada vez que a taxa de juros flutuar para mais ou para menos, vai existir um gatilho que já está previamente determinado e que vai fazer o ajuste necessário."

Com as declarações, Queiroz marca uma diferença em relação a seu antecessor. Sob Lupi, o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) reduziu o teto dos juros do consignado do **INSS** a um nível que levou vários bancos a reduzir ou paralisar a oferta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188279>